

ARTIGO

Contas públicas em alerta aumentam desafios para a economia brasileira » 2



DIVULGAÇÃO

CULTURA

Projeto transforma rios da Grande Vitória em território de criação » 4



DIVULGAÇÃO

Vôlei: quem pode ou não jogar na categoria feminina

Exigência de teste genético pela Confederação Brasileira de Vôlei provoca discussão jurídica, científica e entre atletas: qual a necessidade e os limites? » 3

ILUSTRAÇÃO/ESHOJE



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Os desafios das contas públicas brasileiras

Tenho alertado sobre um dos principais problemas da campanha eleitoral do presidente Lula, que é o fato de ele realizar gastos de caráter eleitoreiro, sem nenhum controle. Trata-se, pois, do que os editoriais de todos os grandes jornais do país têm noticiado e os economistas têm também, insistentemente, comentado.

O cenário externo de juros é de taxas altas e os gastos do atual governo põem em xeque o processo de ajuste fiscal por ele mesmo criado. Espera-se que a dívida chegue a 99,8% do PIB em 2035, se o governo continuar com esses programas de caráter eleitoreiro. Além disso, a previsão é de que o governo do presidente Lula terminará, em 2026, com uma dívida de 83,2%, sendo que o ex-presidente Bolsonaro reduziu, no seu mandato, o endividamento do país, deixando-o em 71%.

Lula gastou, gastou, gastou e continua gastando sem respeitar nem mesmo o arcabouço fiscal, no qual tudo virou exceção.

Chegamos a este ponto triste de termos um endividamento previsto de 83% no fim deste ano, com uma pressão tributária enorme — pois houve aumento

da carga tributária — e, ao mesmo tempo, com juros que arrebentam as empresas.

Três vezes mais empresas foram para a recuperação judicial do que o que normalmente acontecia na história do Brasil, considerando a média até 2023, momento em que o presidente Lula assumiu.

Estamos com a economia brasileira colapsada. Qualquer que seja o governo a assumir em 2027, terá problemas enormes.

Além de não fazer a lição de casa, temos que contar com a pressão externa deste processo de gangorra entre Estados Unidos e Irã, em que fazem e desfazem acordos. O mesmo ocorre com o preço do petróleo, que aumenta conforme a abertura ou o fechamento do Estreito de Ormuz e, mesmo assim, o governo brasileiro continua gastando.

Sou favorável ao Bolsa Família sob controle, mas não como ele está sendo gerido no Brasil, onde virou um meio de vida no qual o beneficiário não precisa trabalhar. Como não há um projeto e o benefício apenas é distribuído, independentemente de um planejamento maior, vemos que um número enorme — milhões e milhões de famílias — recebe o Bolsa Família há 10 anos.

E, por outro lado, há cerca de 250 mil vagas em empresas que não conseguem ser preenchidas porque as pessoas não querem trabalhar. Como vivem tranquilas, têm sua horta, o seu galinheiro no quintal de casa e recebem o Bolsa Família, elas entendem que não precisam trabalhar.

Estamos, portanto, com programas assistencialistas que não levam o país a desenvolvimento ne-

hum, além de manterem a nação sob juros elevados, inflação, endividamento e aumento de tributação crescentes. Temos um pessoal que vive à custa daqueles que trabalham, enquanto o Brasil vê o crescimento do seu PIB ficar abaixo da média mundial, com perda de competitividade no mercado internacional.

Adiciona-se a esse quadro de absoluta irresponsabilidade fiscal a sistemática leniência com o inchaço da máquina pública. Sob o pretexto de reconstruir o Estado, o atual governo federal restabeleceu uma política de aparelhamento de ministérios, estatais e autarquias, cuja única finalidade prática é garantir apoio parlamentar artificial, onerando o bolso do pagador de impostos sem contrapartida em eficiência de serviços básicos à população.

O descompasso entre a gastança desenfreada de Brasília e a realidade das empresas nacionais asfixia a livre-iniciativa. Ao ignorar as regras mais fundamentais da economia política e insistir na gastança em ano eleitoral, o governo federal não apenas implode a credibilidade internacional do país, mas solapa a segurança jurídica indispensável para a atração de novos investimentos privados.

Os indicadores econômicos e a realidade da economia brasileira são extremamente preocupantes. O cenário externo e o cenário interno do Brasil estão levando à necessidade — se tivermos um governo sério em 2027 — de se fazer um ajuste duro na economia do país; tudo isso por causa dos desvarios do governo do presidente Lula na administração das contas públicas.

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

bianca@eshoje.com.br

D4Sign

BDC COMUNICACOES LTDA

23595081000130

Aplicado



h) ESHOJE TERÇA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2026 || WWW.ESHOJE.COM.BR || BIANCA@ESHOJE.COM.BR || ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.1

DESH GLOBAL TRADING S.A.

CNPJ nº 40.944.047/0001-28/ NIRE 32300048331

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2026

Data, hora e local: 22/07/2026, às 14h30, na sede social, à Avenida Desembargador Santos Neves, 389, Edifício Escort, Conjunto 201, Sala A, Praia do Canto, Vitória/ES, CEP 29.055-722. Publicações legais: dispensadas as publicações dos anúncios e o prazo de antecedência para disponibilização de documentos, nos termos do artigo 133, §4º, da Lei das S.A.; as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025 foram publicadas no jornal ES HOJE, edição de 12/06/2026 (p. 12), e na respectiva versão eletrônica do mesmo jornal <https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2026/06/publicacao-legal-12-06-2026/>, nos termos do artigo 289 da Lei das S.A. Convocação e presença: dispensadas as formalidades de convocação, ante a presença de acionistas representando 100% do capital social. Mesa: Presidente, Alexandre Durce; Secretário, Sergio Pereira Cavaleiro. Ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (I) retificação dos itens I e II das deliberações da Ata de AGE realizada em 15/12/2025, arquivada na JUCESC em 04/03/2026 sob o nº 20253647630, e ratificação dos demais termos. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (I) aprovação das contas dos administradores, do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do exercício encerrado em 31/12/2025; (II) distribuição de lucros aos acionistas; (III) fixação da remuneração da Administração; (IV) ratificação da distribuição de dividendo aprovada em AGE de 15/12/2025; (V) autorização ao Administrador para praticar os atos necessários; e (VI) demais assuntos de interesse da Companhia. Deliberações aprovadas por unanimidade — Assembleia Geral Extraordinária: (I) Retificar a redação dos itens (I) e (II) da Deliberação dos Acionistas da Ata de AGE realizada em 15/12/2025 (arquivada na JUCESC em 04/03/2026 sob o nº 20253647630), em virtude do ajuste dos valores distribuídos a título de lucros acumulados, que passam a vigorar com a seguinte redação: "(I) Distribuir o valor de R\$ 14.779.943,66 de lucros acumulados até 30/11/2025, relativos ao exercício de 2025, autorizando a Diretoria a efetuar o pagamento até 31/12/2028, observadas as premissas: (a) distribuição na proporção de 50% para cada acionista; (b) pagamento conforme a disponibilidade de caixa; e (c) sem prejuízo ao cumprimento das obrigações da Sociedade. (II) Distribuir o valor de R\$ 12.061.099,88 de lucros acumulados até o exercício findo em 31/12/2024, autorizando a Diretoria a efetuar o pagamento até 31/12/2028, observadas as premissas: (a) distribuição na proporção de 50% para cada acionista; (b) pagamento conforme a disponibilidade de caixa; e (c) sem prejuízo ao cumprimento das obrigações da Sociedade." Ratificam-se as demais deliberações da Ata de AGE de 15/12/2025 não alteradas, permanecendo em vigor para todos os fins de direito. Deliberações aprovadas por unanimidade — Assembleia Geral Ordinária: (I) aprovar as contas da Administração, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do exercício encerrado em 31/12/2025; (II) consignar que não há lucros a distribuir no presente ato, por já terem sido distribuídos por deliberação da AGE de 15/12/2025, com valores retificados na AGE realizada nesta data; (III) fixar a remuneração global da Administração em R\$ 780.000,00; (IV) ratificar a distribuição dos lucros acumulados no importe de R\$ 26.841.043,54, conforme deliberado na AGE de 15/12/2025 e reratificado na AGE realizada nesta data; (V) autorizar o Diretor a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações; e (VI) quanto aos demais assuntos, nenhuma outra matéria foi objeto de deliberação. Nada mais a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura da ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Vitória/ES, 22 de julho de 2026. Alexandre Durce — Presidente da Mesa | Sergio Pereira Cavaleiro — Secretário da Mesa Certificado o registro na JUCES em 17/08/2026 sob o nº 20261512528. Protocolo 261512528 de 29/07/2028.

Publicação
Legal é aqui

Q <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>

Contato:
[bianca@eshoje.com.br/](mailto:bianca@eshoje.com.br)
27 2180-0678

h) ESHOJE
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Acesse o site www.eshoje.com.br e ouça a Rádio ES Hoje com a melhor programação do dia, do radialista Jair de Oliveira

D4Sign dd47668f-c2ec-46b6-a8ab-de0b30956333 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

h) ESHOJE
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A opinião dos colunistas
não reflete o posicionamento
do veículo.

TIRAGEM: Publicação digital e impressa
CIRCULAÇÃO: Grande Vitória e digital
PERIODICIDADE: Diários

Rua Carlos Lindenberg, 40.
Ed San Gennaro, sala 201. Jardim
Camburi. Vitória ES. Cep 29092-110
Tel. 27 2180-0678
www.eshoje.com.br
redacao@eshoje.com.br

DIRETOR GERAL
Carlos Roberto Coutinho
carlos@eshoje.com.br

DIRETORA ADMINISTRATIVA
Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br

DIRETORA DE REDAÇÃO
Daniele Coutinho - MTB/ES 2694-JP
danielcouthinho@eshoje.com.br

PROJETO GRÁFICO
Renon Pena de Sá
www.ellaform.com.br

FOTOGRAFIAS
Arquivo
redacao@eshoje.com.br

DIAGRAMAÇÃO
Jeferson Louis - MTB/ES 3605/ES

REDAÇÃO
Carolina Boueri
Eduardo Aencar
Esthefany Mesquita
Giulia Reis
Karla Silveira
Mariana Cicilioti
Pedro Rocha
PH Caetano

SIGA NOSSAS
REDES SOCIAIS:
 /eshoje
 @eshoje
 eshoje
 eshoje

Teste genético põe em debate ciência e direitos

Nova regra da CBV exige triagem do gene SRY para atletas femininas e levanta questões

CAROLINA BOUERI
jornalismo@eshoje.com.br

A decisão da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) de exigir teste genético para definir a elegibilidade de atletas em competições femininas levou para além das quadras uma discussão que envolve ciência, direitos individuais e os critérios para participação na categoria. No Espírito Santo, enquanto a Federação local aguarda orientações sobre eventuais reflexos nos campeonatos estaduais, há quem questione a necessidade da medida.

Publicada no último dia 14, a política estabelece que atletas com resultado negativo na triagem do gene SRY atendem ao critério de elegibilidade para a categoria feminina. Em caso positivo, há exceções para condições específicas do desenvolvimento sexual, mediante avaliação especializada.

A regra vale para competições nacionais como as Superligas A e B 2026/27, Supercopa 2026 e Copa Brasil 2027, além de torneios nacionais de vôlei de praia a partir de 2027.

Para a atleta capixaba Thays Oliveira, do ICVC, a mudança causou surpresa. Ela considera o teste desnecessário, embora afirme que não se sentiria desconfortável em realizá-lo, e é favorável à participação de atletas trans na categoria feminina mediante parâmetros compatíveis com a categoria.

Thays também questiona o uso de características físicas para presumir vantagem. Ela cita a importância da tática no vôlei e relembra sua própria história.

“Eu mesma sou conhecida por ter um ataque muito forte e já fui até confundida por pessoas que não me conhecem, que perguntaram se eu era ou não trans. Mas sou mulher e mãe de quatro filhos”, conta.

O QUE O GENE REVELA

Doutora em Genética e pesquisadora do Departamento de Ciências Biológicas da UFES, Flavia Imbroisi Valle Errera explica que o SRY é um dos principais genes envolvidos na determinação do desenvolvimento sexual masculino. Como um “maestro”, ele sinaliza para outros genes que atuam nesse processo ainda durante o desenvolvimento embrionário.

A genética, porém, admite variações. Alterações podem fazer com que uma pessoa XY não tenha o SRY funcional e desenvolva características femininas. Também pode ocorrer uma translocação, pela qual o SRY passa do cromossomo Y para um cromossomo X.

“O desenvolvimento biológico dos sexos é muito complexo. Há vários outros genes, mas esse é o principal”, explica Flavia, ressaltando que desenvolvimento sexual biológico não deve ser confundido com sexualidade ou identidade de gênero.



ILUSTRAÇÃO/ESHoje

Para a Federação do ES, implicações pessoais e lado humano das atletas devem ser considerados

DNA e direito ao trabalho

PARA SANDRO Câmara, advogado especialista em Direito Público, entidades esportivas têm autonomia para estabelecer critérios de elegibilidade, mas esse poder encontra limites nos direitos fundamentais e na legislação.

“Uma coisa é definir regras técnicas de jogo, outra, bem diferente, é condicionar o exercício de uma profissão à revelação do DNA da atleta”, afirma.

Dados genéticos são classificados pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) como dados pessoais sensíveis. Segundo Câmara, seu tratamento exige finalidade específica, acesso restrito e segurança, além da coleta apenas do estritamente necessário.

O advogado explica que um eventual questionamento da regra poderia avaliar sua pro-

porcionalidade: se o exame é adequado ao objetivo pretendido, se não existe alternativa menos invasiva e se o benefício justifica a restrição de direitos.

Para o professor pós-doutor Rodrigo Paiva, coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas do Fenômeno Esportivo da Faculdade de Educação Física de Sorocaba (NEPPRAFES) e membro do Grupo de Pesquisa em Fisiologia Translacional da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a discussão não deve ser observada exclusivamente pela genética ou biologia.

Pesquisador das Ciências Sociais, ele lembra que o esporte historicamente também foi palco de disputas sobre quais grupos poderiam participar de determinadas práticas e defende que a presença de pessoas

trans seja analisada considerando o esporte como fenômeno cultural e social.

Paiva reconhece que não existe uma resposta pronta sobre qual seria o critério mais justo. Para ele, o conhecimento científico é provisório e novas evidências devem ser consideradas. O pesquisador afirma que estaria disposto a rever sua posição caso estudos futuros apresentem evidências mais consolidadas de vantagem competitiva de mulheres trans.

“Uma coisa é definir regras técnicas. Outra é condicionar uma profissão ao DNA”

nome sobrenome, função

ES aguarda orientação

A Federação Espírito-Santense de Voleibol classifica o tema como “delicado” e afirma que as implicações pessoais e o lado humano das atletas devem ser considerados na busca por regras justas.

Segundo a entidade, a determinação da CBV se refere aos campeonatos nacionais. No Espírito Santo, a Federação diz que aguardará orientação da Confederação sobre como proceder.

Para Thays, o impacto sobre quem está dentro da quadra não pode ser ignorado. Questionada sobre como reagiria se uma companheira fosse impedida de jogar em razão do resultado do exame, respondeu: “Eu me sentiria mal e estaria junto dela”.



ARQUIVO PESSOAL

“Sou conhecida por ter um ataque forte e já perguntaram se eu era ou não trans”

THAYS OLIVEIRA, jogadora

Projeto “Margem de Terra” abre residência no Estado

Idealizada por Ana Follador, imersão em videoarte investiga memória e rios da Grande Vitória

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

Entre setembro de 2026 e março de 2027, o Espaço Ladeira, no Centro de Vitória, e o Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de São Pedro se tornam territórios de pesquisa e criação para o projeto “Margem de Terra”. Idealizada pela artista Ana Follador, a residência artística reúne as criadoras Jessica Barcellos Bastos, Jéssica Sampaio e Yurie Yaginuma em três meses de imersão dedicados à videoarte, contando com mentoria crítica e curatorial de Thais Graciotti.

Partindo da definição geográfica de margem — a faixa de terra que tangencia as águas —, o projeto investiga as relações entre corpo, cidade e identidade nas bacias hidrográficas que cortam a Grande Vitória: os rios Reis Magos, Santa Maria da Vitória, Jucu e Guarapari. A iniciativa estreia no dia 1º de setembro, às 19h, no Espaço Ladeira, com uma roda de conversa sobre território, memória e as ações propostas.

Além da imersão no Centro de Vitória, a proposta se estende, em janeiro de 2027, a um ateliê colaborativo no CRJ São Pedro, voltado a jovens de 14 a 29 anos. Todo o processo criativo será registrado no livro-catálogo “Margem de Terra”, com lançamento gratuito previsto para março, reunindo ensaios críticos, registros de bastidores e fotografias das videoartes produzidas.

GABRIEL GOMES



“A intenção é registrar como o projeto cultural pensa o âmbito coletivo é territorial”

Realizado com recursos da Lei Rubem Braga, por meio da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória, o projeto investe em acessibilidade, oferecendo legendas descritivas e interpretação em Libras nas atividades públicas. A seguir, Ana Follador detalha as diretrizes e expectativas da residência.

ES Hoje: Por que a videoarte foi escolhida como linguagem central para explorar o conceito de “margem”?

Ana Follador: A escolha nasce da possibilidade de experimentar outras formas de construir sentido através da imagem, do som, do tempo e da percepção. Nascida no Brasil entre os anos 1960 e 1970, a videoarte surgiu como uma crítica à ditadura militar e foi utilizada pelos artistas visuais para questionar os suportes tradicionais da arte, para contestar o sistema da arte e, principalmente, questionar o poder centralizador da televisão. Enquanto processo, ela é diferente da linguagem clássica de um filme e não possui o compromisso de contar uma história com começo, meio e fim; ela recorre à experimentação para provocar sensações, reflexões e também novas formas de ver e dar a ver.

Como essa linguagem atravessa o ‘Margem de Terra’?

No ‘Margem de Terra’, essa linguagem atravessa o projeto inteiro e é o ponto de encontro com os temas da residência e do ateliê colaborativo: a memória, o território e a criação. A escolha da videoarte como objeto de pesquisa, produção e resultado final do projeto também advém da importância de viabilizar uma nova forma de se conceber uma obra de arte baseada em um campo experimental voltado, sobretudo, a fenômenos sociais e práticas colaborativas.

Como dialogam os dois momentos da residência: imersão no Espaço Ladeira e o ateliê com jovens no CRJ São Pedro?

Um território representa uma trama de relações históricas, configurações políticas e identidades; é compreendido como construção social e identidade cultural de um povo ou sociedade, mais como um processo relacional de territorialização do que espaço fixo. No Margem de Terra, é impossível analisar os temas propostos sem pensar no âmbito social e colaborativo. O projeto cultural surge da necessidade de analisar essas temáti-



O Espaço Ladeira, no Centro de Vitória, é um dos territórios para o Projeto “Margem de Terra”

cas para além do campo pessoal artístico, porque essa proposição surge de uma pesquisa individual minha, que é a memória e afetividade infantil, para ir de encontro com o coletivo. Então, o ateliê no CRJ São Pedro advém como uma prática colaborativa socialmente engajada, que sensibiliza os corpos parti-

cipantes a fim de produzir ideias singulares que se concretizam em ações compartilhadas. É uma proposta de relato de experiência em que as artistas, a partir de suas vivências em residência, criam contextos e estruturas em diálogo com a comunidade. Nesse processo, a proposta, em conjunto com a

arte-educadora Ingrid Salles e a coordenadora Germana Ferreira, é não representar apenas uma ideia, mas compartilhar o que afeta o corpo do artista, reinventar maneiras de sentir e de perceber o corpo do outro; não é “ensinar”, mas sim colaborar durante o desenvolvimento de novas obras de arte.

Que memória vocês querem que o livro-catálogo preserve?

A intenção é transformar o livro-catálogo não apenas em suporte técnico e material, ou mero “observador-testemunho” na documentação das ações promovidas, mas sim em produção de memória e independência poética. A intenção é registrar como o projeto cultural pensa o âmbito coletivo e territorial como processo conjunto e socialmente engajado. As memórias ali guardadas são, como ponto central, fruto da convivência entre artistas de diferentes origens e perspectivas, que criam dois ambientes propícios para o debate, a colaboração e a experimentação, ampliando a formação artística e gerando trocas culturais e sociais.



ANDRÉ ALVES

A Bacia do Rio Reis Magos é uma das estudadas no projeto